



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LAVRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

PORTFÓLIO ACADÊMICO
AS VIVÊNCIAS E CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NA FORMAÇÃO EM
PEDAGOGIA PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Daniela Costa Azevedo Carvalho
Daniela Regina da Silva Paiva Ferreira
Luísa Gardene Abreu Nakajima
Nataliane Aparecida Silva
Roberta Dâmia de Oliveira Souza
Valéria Moreira da Fonseca

LAVRAS – MG
2021

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LAVRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Daniela Costa Azevedo Carvalho
Daniela Regina da Silva Paiva Ferreira
Luísa Gardene Abreu Nakajima
Nataliane Aparecida Silva
Roberta Dâmia de Oliveira Souza
Valéria Moreira da Fonseca

PORTFÓLIO ACADÊMICO
**AS VIVÊNCIAS E CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NA FORMAÇÃO EM
PEDAGOGIA PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Portfólio Acadêmico apresentado ao Centro
Universitário de Lavras, como parte das
exigências da Disciplina de Trabalho de
Conclusão do Curso de Graduação em
Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Eliane Vianey de Carvalho

LAVRAS – MG
2021

V857 As vivências e conhecimentos adquiridos na formação em pedagogia para uma educação inclusiva / Daniela Costa Azevedo Carvalho... [et al.]. – Lavras: Unilavras, 2021.

54f.: il.

Portfólio (Graduação em Pedagogia) – Unilavras, Lavras, 2021.

Orientador: Prof.^a Eliane Vianey de Carvalho

1. Educação inclusiva. 2. Educação especial. 3. Formação em pedagogia. 4. Vivência e experiências no curso de pedagogia. I. Ferreira, Daniela Regina da Silva Paiva. II. Nakajima, Luísa Gardene Abreu. III. Silva, Nataliane Aparecida. V. Souza, Roberta Dâmia de Oliveira. VI. Fonseca, Valéria Moreira da. VII. Carvalho, Eliane Vianey de (Orient.). VIII. Título.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LAVRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

Daniela Costa Azevedo Carvalho
Daniela Regina da Silva Paiva Ferreira
Luísa Gardene Abreu Nakajima
Nataliane Aparecida Silva
Roberta Dâmia de Oliveira Souza
Valéria Moreira da Fonseca

PORTFÓLIO ACADÊMICO
**AS VIVÊNCIAS E CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NA FORMAÇÃO EM
PEDAGOGIA PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Portfólio Acadêmico apresentado ao Centro
Universitário de Lavras, como parte das
exigências da Disciplina de Trabalho de
Conclusão do Curso de Graduação em
Pedagogia.

APROVADO EM: 31/05/2021

MEMBROS DA BANCA

Prof^ª Dr^ª Eliane Vianey de Carvalho (Orientadora)
Prof. Alex Ribeiro Nunes (Avaliador)
Prof^ª Barbara Cristina Heitor Silva (Avaliadora)
Prof^ª Aline Fernandes Melo (Presidente da Banca)

LAVRAS – MG

2021

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por ter nos guiado e iluminado por este caminho, sem Ele hoje não poderíamos estar realizando este sonho. Que Ele continue protegendo e guiando nossos passos.

Eterna gratidão aos nossos familiares pela ajuda e incentivo, sempre apoiando e ensinando valores e virtudes.

Aos nossos amigos, companheiros, cônjuges e filhos que sempre incentivaram e apoiaram nossas escolhas.

Aos professores que facilitaram o processo de aprendizagem, nos mostrando o verdadeiro sentido do curso, sempre encorajando para enfrentar os obstáculos e nunca desistir de nossos sonhos.

Às nossas professoras Aline Melo, da disciplina de TCC, e Eliane Vianey, nossa orientadora, pela dedicação, paciência e empenho durante o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos professores Alex Ribeiro Nunes e Bárbara Cristina Heitor Silva por terem aceitado o convite de compor nossa banca avaliadora, compartilhando conosco desse momento de grande alegria e o enriquecendo com seus conhecimentos.

Agradecemos a todos que, de alguma forma, participaram do nosso processo de aprendizagem, crescimento pessoal e profissional.

DEDICATÓRIA

Dedicamos nosso trabalho primeiramente a Deus! Que Ele possa nos proteger e guiar durante o momento em que formos exercer nossa profissão.

Aos nossos familiares, amigos e companheiros pela ajuda, incentivo e por estarem sempre ao nosso lado.

Aos professores pelos ensinamentos, paciência e apoio.

“Deficiente é quem não consegue modificar a sua vida, aceitando as imposições dos outros e da sociedade, ignorando que é dono do seu destino; louco é quem não procura ser feliz com o que possui, cego é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria e só tem olhos para seus míseros problemas”.

Mário Quintana

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Turma de Pedagogia (2017/2) no saguão do auditório do Unilavras.....	09
Figura 02 - Alunas conhecendo uma sala da instituição e recebendo orientações da responsável.....	17
Figura 03 - Alunas e professor do Curso de Pedagogia em visita técnica à instituição de educação especial	18
Figura 04 - Alunas explorando os materiais pedagógicos produzidos para os alunos da instituição	20
Figura 05 - A diretora da instituição apresentando o alfabeto em braile para a aluna Daniela Ferreira	21
Figura 06 - Alunas, a professora de Libras do Curso de Pedagogia e a diretora da instituição se despedindo da visita.....	22
Figura 07 - Maquete do túnel das sensações realizada no encontro presencial, com metodologias ativas do Curso de Pedagogia do Unilavras em 2019	25
Figura 08 - Turma do Curso de Pedagogia durante a confecção da maquete do Túnel de Sensações no Unilavras	26
Figura 09 - Aluna Roberta e professores no Unilavras na praça interagindo com as crianças no túnel de sensações	27
Figura 10 – Prints dos vídeos de apresentação em Libras, que foram postados no YouTube.....	28
Figura 11 - Alunas Roberta, Daniela Ferreira, Luísa e outras colegas do Curso de Pedagogia durante a apresentação do Teatro de Mamulengos no Unilavras	31
Figura 12 - Alunas Valéria, Daniela Costa, Nataliane e outras colegas do Curso de Pedagogia durante a apresentação do Teatro de Mamulengos no Unilavras	32
Figura 13 - Professor regente com a turma no pátio ouvindo histórias	38
Figura 14 - Atividade de psicomotricidade com os alunos	39
Figura 15 - Foto da aluna Roberta Dâmia em sua despedida do Estágio Supervisionado na Educação Infantil	39
Figura 16 - Fachada da Escola Municipal onde foi realizado o Estágio Obrigatório Supervisionado no Ensino Fundamental I	42
Figura 17 – Aluno realizando atividade psicomotora	43

LISTA DE SIGLAS

Das - Atividades de Vida Diária

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CEB - Câmara de Educação Básica

CNE - Conselho Nacional de Educação

EAD - Educação à Distância

EVA - Etileno Acetato de Vinila

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Libras - Língua Brasileira de Sinais

OBEE - Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI - Plano de Desenvolvimento Individual

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TEA - Transtorno do Espectro Autista

TNT - Tecido Não Tecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 VIVÊNCIAS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURSO DE PEDAGOGIA.....	12
2.1 As vivências sobre Educação Inclusiva em visitas técnicas do Curso de Pedagogia.....	16
2.2 Atividades práticas interdisciplinares desenvolvidas nos encontros presenciais do Curso de Pedagogia	24
2.3 Experiências em estágios e atividades práticas de disciplinas do Curso de Pedagogia.....	34
2.3.1 Experiências em atividades práticas da disciplina de Alfabetização e Letramento.....	35
2.3.2 Experiências em estágios do Curso de Pedagogia	38
3 AUTOAVALIAÇÃO	47
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é composto por relatos de vivências sobre o tema da Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, realizadas no Curso de Pedagogia, na modalidade EAD no período de 2017 a 2021.

Elas foram escolhidas de forma conjunta entre as seis integrantes do grupo. O objetivo foi apresentar nossas experiências, percepções e os conhecimentos adquiridos de forma interdisciplinar sobre o tema ao longo do Curso. A seguir nossa fotografia com a turma em 2017:



Figura 01 - Turma de Pedagogia (2017/2) no saguão do auditório do Unilavras.
Fonte: Arquivo pessoal da autora Nataliane Silva (2017).

Durante todo o nosso percurso no Curso de Pedagogia tivemos a oportunidade de refletir sobre a inclusão de alunos com deficiência de modo a buscarmos desconstruir práticas excludentes e segregacionistas e adquirir os conhecimentos necessários para uma atuação educativa inclusiva.

Cabe ressaltar que, para o atendimento à diversidade de alunos com deficiência, faz-se necessária a promoção da acessibilidade e o reconhecimento da igualdade de direitos entre os indivíduos perante a lei, sem, entretanto, desconsiderar sua heterogeneidade, percebendo-os, assim, como diferentes em suas peculiaridades.

Antes de apresentar nossas vivências a respeito da educação inclusiva neste portfólio vamos apresentar a seguir, de forma sucinta, um pouco de cada uma de nós.

Daniela Costa reside em Lavras - MG, se dedica somente aos estudos nesse momento. Daniela Ferreira reside em Bom Sucesso, MG e atualmente trabalha como auxiliar administrativa em uma empresa fornecedora de biorredutor. Nataliane Silva reside em São Tiago, MG, já realizou dois cursos técnicos em Administração e Vendas no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São João del-Rei e, atualmente, trabalha como balconista em uma panificadora de sua cidade. Roberta Souza e Valéria Moreira residem em Lavras, MG, e ambas possuem formação no Curso Normal Médio, mas no momento não estão exercendo a profissão. Valéria é servidora pública há dezessete anos e trabalha em uma instituição de ensino público.

Todas estamos cursando a primeira graduação, com exceção da Luísa Gardene, que reside em Bom Sucesso, MG, graduou-se em Enfermagem, pelo UNILAVRAS em 2007, atuou na área por 10 anos e hoje cursa Pedagogia conosco.

Embora nenhuma de nós esteja atuando na área da Pedagogia neste momento, foi no decorrer do Curso, por meio das experiências acadêmicas vivenciadas, que tivemos a certeza de que é essa profissão que desejamos seguir e nos tornamos cada dia mais encantadas com as possibilidades do universo acadêmico e profissional.

Desejamos que nosso futuro seja de constante aprendizagem e que nossas ações sempre reflitam o profissionalismo, o cuidado e amor pela arte do ensino e aprendizagem.

As vivências selecionadas pelo grupo sobre Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, aconteceram ao longo do Curso de Pedagogia, em diferentes ambientes educativos e foram divididas em três categorias: As vivências sobre educação inclusiva em visitas técnicas, as atividades práticas interdisciplinares realizadas nos encontros presenciais mensais do Curso e as experiências em estágios e atividades práticas de disciplinas do Curso, como será visto adiante.

As visitas técnicas aconteceram em duas instituições diferentes. A primeira, oferece atendimentos multidisciplinar gratuitos de educação especial para crianças, adolescentes e adultos com deficiência intelectual e/ou múltipla através de serviços especializados de reabilitação e de assistência socioassistencial. A segunda instituição oferece atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência auditiva e visual, no contraturno escolar, para todas as etapas da Educação Básica e do Ensino Superior. Também atua adaptando e produzindo materiais pedagógicos, orientando as famílias, preparando e encaminhando os alunos deficientes para o mercado de trabalho.

Já as experiências em atividades práticas interdisciplinares foram realizadas nos encontros presenciais do Curso de Pedagogia no Centro Universitário de Lavras (Unilavras).

Enquanto as experiências em estágios e atividades práticas das disciplinas foram vivenciadas em diferentes escolas municipais de cidades da região.

2. VIVÊNCIAS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURSO DE PEDAGOGIA

Antes de expormos nossas vivências sobre a educação inclusiva, vamos apresentar alguns conceitos e marcos legais que normatizam a Educação Especial e algumas discussões de autores sobre o tema.

Para falarmos sobre educação inclusiva é preciso que fique claro a diferença entre integração escolar e inclusão escolar. Para Mantoan,

(...) integração escolar, cuja metáfora é o sistema de cascata, é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa em que tudo se mantém, nada se questiona do esquema em vigor” (MANTOAN, 1997, p. 8).

Nesse modelo, a integração na escola comum não será para todos os alunos com deficiência, mas somente para aqueles que possam se adaptar às classes regulares. Os demais serão encaminhados para escolas ou salas especiais.

Já a proposta de inclusão escolar surge para superar a da integração escolar:

(...) as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados (BRASIL, 1987, p.17-18).

A Educação Inclusiva é um “processo” que busca ampliar a inclusão de estudantes com deficiência em escolas de ensino regular. Refere-se à uma demanda social por mudança na cultura escolar de nossa sociedade, por meio de novas práticas e políticas públicas sociais e educacionais que precisam ser colocadas cada vez mais no cotidiano das escolas regulares para atender à diversidade de alunos com deficiência. Glat e Fernandes nos esclarecem acerca do que é a Educação Especial e de que maneira a inclusão entra nesse cenário:

[...] a Educação Especial que por muito tempo configurou-se como um sistema paralelo de ensino, vem redimensionando o seu papel, antes restrito ao atendimento direto dos educandos com necessidades especiais, para atuar prioritariamente como suporte à escola regular no recebimento deste alunado (GLAT; FERNANDES, 2005, p. 01).

Dessa forma, percebe-se que ao se tratar de Educação Especial, o termo é atribuído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) a uma modalidade de ensino, voltada para pessoas com limitação cognitiva, física, sensorial, mental ou múltipla. A Educação Inclusiva, por sua vez, refere-se às iniciativas encaminhadas para a inserção de pessoas com deficiência nos contextos educacionais.

A educação de alunos com deficiência historicamente se pautava em um modelo de atendimento segregado, ou seja, separados em instituições educativas específicas para este público. Mas, em meados da década de 90, a perspectiva de uma Educação Inclusiva para pessoas com deficiência se tornou muito latente. Nessa época ocorreu a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada no ano de 1990, em Jomtien, na Tailândia, onde iniciaram as discussões em torno de uma proposta amparada na perspectiva da inclusão de deficientes em escolas regulares.

Em 1994 foi assinada a Declaração de Salamanca pelos delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, que representavam 88 governos e 25 organizações internacionais, durante a assembleia nessa cidade da Espanha. Eles reafirmam o compromisso com a educação para todos e definiram políticas, princípios e práticas para Educação Especial, por meio dessa Declaração, que influenciou em políticas públicas de educação em vários países do mundo.

A Declaração de Salamanca (1994) também apresenta que uma escola para ser inclusiva deve receber todos os alunos, satisfazer suas necessidades, adaptando-se aos vários estilos e ritmos deste.

No Brasil há alguns documentos legais que regem o processo de inclusão escolar. Entre eles podemos citar a Constituição Federal de 1988, que por meio do Capítulo III, seção I, Art. 208, inciso III, afirma a garantia do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 1996, que no artigo 59 preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e garante a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar.

A LDB 9394/96 atribui, ainda, às redes de ensino o dever de disponibilizar os recursos necessários para o atendimento igualitário entre os estudantes com deficiência e os demais estudantes sem deficiência.

Outro documento é o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que traz a implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e estabelece em suas diretrizes o compromisso de Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência dos alunos deficientes no ensino regular e o atendimento de suas necessidades educacionais específicas, fortalecendo o ingresso em escolas públicas regulares.

O PDE tem como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares e o acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior.

Já a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem como objetivo:

[...] garantir que haja a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos de desenvolvimento global e altas habilidades para que esses tenham acesso, com participação ativa, no processo de aprendizagem em qualquer nível de ensino regular (BRASIL, 2008, p.14).

Esta Política garante, ainda, que exista uma oferta com atendimento especializado dos profissionais da educação, bem como de outros profissionais necessários para a inclusão dos alunos com deficiência. O documento também prevê serviços e recursos para organizar o sistema de ensino, podendo ser destacado o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é um:

[...] conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade, organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos estudantes público-alvo da educação especial matriculados no ensino regular (BRASIL, 2008).

O Brasil também possui o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado, dá outras providências e complementa e destaca no Art. 1º, inciso I e III, os direitos a uma educação inclusiva e não excludente por meio da:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
[...]

III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência (BRASIL, 2011, p. 5).

Recentemente a política de Educação Especial passou por modificações por meio do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Essa nova Política prevê a realização da Educação Especial em escolas especializadas, classes especializadas, escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos e escolas regulares inclusivas, instituições de ensino que oferecem atendimento educacional especializado aos educandos da educação especial em classes regulares, classes especializadas ou salas de recursos (BRASIL, 2020, p. 1-2).

A ênfase da Política foi a possibilidade de escolha pela família por matricular o estudante com deficiência em instituições ou classes especializadas, o que é visto por parte da população e, principalmente, por instituições científicas ligadas às associações de pessoas com deficiência, como retrocesso na Política anterior, já que pode impulsionar a segregação e impedir o avanço da inclusão de estudantes com deficiência em escolas regulares inclusivas, assim como o convívio com os demais estudantes sem deficiência.

Essas mudanças geraram descontentamento e resultaram em Nota de repúdio da comunidade científica vinculado ao Grupo Temático Deficiência e Acessibilidade da ABRASCO, ao Comitê FIOCRUZ pela Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência, ao Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE) e ao AcolheDown. A comunidade científica alegou que é um retrocesso nos direitos adquiridos ao longo das últimas décadas e que a inclusão de pessoas com deficiência deveria ser incentivada em escolas regulares inclusivas, para proporcionar a participação, a aprendizagem e a convivência junto com estudantes sem deficiência. A comunidade científica afirma, ainda, que

O Decreto nº 10502/2020 ignora vozes dissonantes de famílias e movimentos civis que deveriam, através de ações participativas, discutir a importância da Inclusão como conceito orientador e prática possível. Vale ressaltar que a política por este dispositivo instituída não passou por discussão ampla com a sociedade e, especificamente, com representantes dos movimentos de luta pelos direitos da pessoa com deficiência. A participação social foi negada e o texto aprovado não condiz com a atualização esperada para a política anterior, posto que não considera os marcos normativos aprovados e em vigor na última década - todos em defesa da educação inclusiva como modalidade de ensino (2020, p. 04).

Embora os documentos legais sejam um avanço importante para normatizarem o acesso dos estudantes com deficiência às classes do ensino regular, eles não são suficientes para garantir o cumprimento do princípio previsto na Constituição Federal (1988), prevê em seu artigo 205 a educação como um direito de todos e, no artigo 206, a igualdade de condições, de acesso e permanência na escola e no artigo 208, a garantia de oferta de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Ainda é necessário que haja mais investimentos públicos em estrutura, mobiliários, materiais didáticos, contratação profissionais especializados e formação inicial e continuada de professores, entre outros, que possibilitem a realização de práticas educacionais que priorizem a aprendizagem de todos os alunos, sejam eles com ou sem deficiência em escolas regulares inclusivas.

É preciso destacar que a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 foi um grande avanço ao reconhecer a Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação e expressão da comunidade surda e o Decreto 5.626/2005 assegurou o direito dos estudantes surdos à Educação. Tais documentos ainda estipulam a obrigatoriedade da inserção da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores, incluindo as licenciaturas e os cursos de Fonoaudiologia.

Foi graças à essas conquistas que nós temos em nosso currículo do Curso de Pedagogia as disciplinas de Libras, Educação Especial, Psicopedagogia e Educação e Diversidade, que são disciplinas importantes para estudarmos sobre as pessoas com deficiência, as leis, as diretrizes, os fundamentos e as metodologia para que possamos aprender, refletir e agir e ter formação de qualidade voltada para a inclusão de todas as pessoas tanto nas escolas quanto em qualquer espaço de convívio social.

A seguir trataremos das nossas vivências sobre educação inclusiva em visitas técnicas do Curso de Pedagogia do Unilavras.

2.1 As vivências sobre educação inclusiva em Visitas Técnicas do Curso de Pedagogia

As Visitas Técnicas são momentos que possibilitam vivenciar, compartilhar, observar, experimentar e adquirir conhecimentos específicos. Essa prática pedagógica ajuda na preparação dos estudantes para o mercado de trabalho, apresentando-os um pouco da realidade profissional que os espera e como devem se portar diante das exigências e dos desafios de sua área de atuação.

Ao iniciar um Curso de Pedagogia são muitas indagações, expectativas e também um momento de insegurança para o aluno. Ele está sendo inserido em outro universo social e acreditamos que as aprendizagens adquiridas durante as Visitas Técnicas são de suma importância, pois essas experiências possibilitam o encontro das teorias estudadas no mundo acadêmico com o ambiente profissional ao longo da formação.

A primeira vivência que tivemos na turma aconteceu no ano de 2017, logo no 1º período do Curso de Pedagogia. O professor que ministrava a disciplina de Educação Especial nos levou para conhecer uma instituição não governamental e sem fins lucrativos que atende gratuitamente pessoas com deficiência. Os objetivos dessa instituição são defender e garantir os direitos das pessoas com deficiência, promover a inclusão na sociedade, na escola, no campo de trabalho e na vida comunitária, prestar serviços educacionais, de atenção à saúde e serviços socioassistenciais por meio de uma equipe multidisciplinar. Esse tipo de equipe se caracteriza por:

um grupo de indivíduos com contributos distintos, com uma metodologia compartilhada frente a um objetivo comum, cada membro da equipa assume claramente as suas próprias funções, assim como os interesses comuns do coletivo, e todos os membros compartilham as suas responsabilidades e seus resultados (ZURRO; FERREROX; BAS, 1991, p. 29).

Dentro dessa perspectiva, a equipe multidisciplinar é composta por diversos profissionais de áreas diferentes, tais como: professores, pedagogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos, psiquiatras e assistente sociais. Juntos eles partilham dos mesmos objetivos na Educação Especial, pois os saberes se integram de forma a contribuir no atendimento das necessidades específicas de cada estudante com deficiência.

A visita técnica à instituição, anteriormente mencionada, foi realizada pelo nosso professor da disciplina de Educação Especial, Alex Ribeiro Nunes e pelas alunas Daniela Costa, Roberta, Valéria e Daniela Ferreira. Assim que chegamos ao local fomos recebidos por uma das responsáveis, que fez uma palestra nos esclarecendo sobre o funcionamento e os diferentes tipos de atendimentos ofertados.

Foi uma conversa bem esclarecedora porque tínhamos uma visão diferente. No nosso entendimento a Instituição oferecia somente atendimento clínico e de reabilitação para os diferentes tipos de deficiência, porém, ela também possuía atendimento pedagógico. Tivemos a oportunidade de conhecer as salas de aulas, observar os alunos e conversar com os professores, conforme mostra a imagem a seguir:



Figura 02 - Alunas conhecendo uma sala da instituição e recebendo orientações da responsável.

Fonte: Arquivo pessoal da autora Daniela Ferreira (2017).

O que nos chamou muito a atenção foi ver a mini casa que a instituição tem e que é adaptada para que os alunos treinem e realizem Atividades de Vida Diária (ADV)s como passar roupa, escovar os dentes, arrumar a cama, entre outras coisas que, para nós parecem simples, mas que, para pessoas com deficiência, podem ser desafiadoras e conseguirem realizar se tornam grandes conquistas.

Essa proposta pedagógica, de realizar atividades práticas na mini casa, é advinda e adaptada do método montessoriano, criado pela médica e educadora italiana, Maria Montessori, que propôs que a criança aprenda a realizar atividades rotineiras para se desenvolver e se tornar mais autônomas (RÖHRS, 2010).

Maria Montessori (1870-1952) foi a primeira mulher a entrar para um curso de medicina, na Itália, no século XIX. Foi por meio de suas experiências com crianças internadas em um hospital psiquiátrico que ela percebeu que elas ao realizarem algumas atividades práticas e concretas conseguiam aprender, se desenvolver e ganharem mais autonomia.

Montessori, por meio de observações e experimentos, desenvolveu várias técnicas e métodos voltados para a educação de crianças com deficiência que, mais tarde, também foram

adaptadas para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental do ensino regular de crianças sem deficiência em vários países (RÖHRS, 2010).

Na imagem a seguir estamos com nosso professor no pátio da instituição após conhecermos todas as suas dependências:



Figura 03 - Alunas e professor do Curso de Pedagogia em visita técnica à instituição de educação especial.

Fonte: Arquivo pessoal da autora Daniela Ferreira (2017).

A realização da disciplina Educação Especial e a Visita Técnica nessa Instituição nos mobilizou sobre a importância da inclusão de pessoas com deficiência. Também nos ajudou a conhecer e compreender a responsabilidade dos sistemas de ensino em relação à matrícula das mesmas em escolas regulares e instituições especializadas, como mostra a Resolução CNE/CEB nº 04/09, que instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Assim dispõe o seu artigo 1º:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (CNE/CEB, 2009, p.13).

A disciplina e a Visita nos proporcionaram uma visão crítica e reflexiva, em que foi possível ter um olhar atento às demandas de pessoas com deficiência. Percebemos que é urgente uma Educação Inclusiva e integradora, que respeite e esteja atenta às necessidades de cada pessoa, pois é um direito do cidadão, como pode ser visto no Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que estabeleceu que os Estados devem assegurar que todas as pessoas que possuem alguma deficiência tenham acesso a uma educação inclusiva em todos os níveis de ensino. O Art. 24 estabeleceu que:

2.a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob a alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob a alegação de deficiência;

2.b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem; (BRASIL, 2009, p. 3).

As normas legais, citadas anteriormente, são significativas e objetivam uma educação igualitária, integradora e inclusiva. Cabe a nós, futuras pedagogas, estarmos sempre atentas às mudanças que vem ocorrendo na educação e na legislação e, também, lutarmos juntas com a sociedade para que os governantes respeitem e cumpram as leis e assegurem que as pessoas com alguma deficiência tenham acesso à uma educação inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino.

Realizar essa visita logo no início do Curso e observar o trabalho desenvolvido pelos professores daquela instituição fortaleceu nossa escolha quanto a ser pedagogas, por percebermos as várias possibilidades que a profissão nos oferece, assim como a importância de aprender e de como criar oportunidades para que os alunos com deficiência se sintam incluídos em todos os espaços, inclusive na escola regular. Esse assunto precisa ser muito estudado e debatido, pois ainda é necessário lutar por mudanças educacionais para a inserção e inclusão das pessoas com deficiência em escolas regulares.

Outra visita técnica do Curso foi realizada no ano de 2019. A professora que ministrava a disciplina de Libras, Bárbara Cristina Heitor Silva, nos levou para conhecer uma instituição que atendia pessoas com deficiências audiovisuais.

Participaram dessa atividade as alunas Roberta, Valéria e Daniela Ferreira. Fomos recebidas pela diretora da instituição, que também é deficiente visual e, na ocasião, possuía muita autonomia e grande facilidade de locomover-se nos espaços da instituição.

A diretora nos contou sobre a rotina da instituição, que atende crianças de diferentes faixas etárias e que concilia as atividades desenvolvidas no local com as da escola regular e que o intuito era prepará-las para o mundo.

Ela também nos relatou o caso de um dos alunos com deficiência visual. A equipe após observar seu desenvolvimento, percebeu que ele estava preparado para ter mais liberdade e autonomia. Desse modo, as educadoras conversaram com a família para que ele começasse a ir da instituição para casa sozinho. Após muito diálogo, a família concordou e começaram a ensiná-lo a como realizar o percurso. No primeiro dia, uma das professoras o acompanhou durante todo o caminho mostrando os obstáculos. Isso se repetiu durante alguns dias e, aos poucos, foram deixando ele fazer a cada dia um trecho sozinho até percorrer o caminho todo, sem a ajuda de ninguém, mas sendo observado de longe o tempo todo. Segundo a professora responsável ele, assim como sua família, ficaram muito felizes com essa conquista.

A instituição também nos apresentou recursos tecnológicos como jogos, alfabeto em braile, cabine para testes auditivos e local para realizar atividades básicas do dia a dia como passar roupa, escovar os dentes, arrumar a cama, entre outras. Nessa instituição também seguiam a proposta pedagógica da médica e educadora italiana, Maria Montessori.

Nas palavras de Röhrs (2010, p. 17), “o conceito fundamental que sustenta a obra pedagógica de Montessori é que as crianças necessitam de um ambiente apropriado onde possam viver e aprender”. Foi exatamente isso que observamos nessa instituição: um ambiente que propiciava um desenvolvimento integral do aluno através de diferentes recursos pedagógicos, tais como alfabeto e números em braile, material com diferentes texturas, material dourado e materiais concretos, conforme mostra a imagem a seguir, onde estamos manipulando materiais produzidos pelos professores da instituição para serem utilizados nas aulas com os alunos:



Figura 04 - Alunas explorando os materiais pedagógicos produzidos para os alunos da instituição.

Fonte: Arquivo pessoal da autora Daniela Ferreira (2019).

Na próxima imagem a aluna Daniela Regina está interagindo com a diretora da instituição que é deficiente visual. Ela está nos mostrando um alfabeto em braile usado para alfabetizar os alunos. Foi um momento importante para a Daniela e para nós, pois pudemos conhecer, aprender e manusear um material didático específico para os alunos com deficiências visuais:



Figura 05 - A diretora da instituição apresentando o alfabeto em braile para a aluna Daniela Ferreira.

Fonte: Arquivo pessoal da autora Daniela Ferreira (2019).

Durante a visita fizemos um intervalo para o lanche. Havíamos combinado anteriormente com nossa professora de Libras que cada uma levaria uma contribuição para o café e fizemos a refeição todos juntos: alunos, professores, funcionários e nós, visitantes. Foi um momento de socialização e interação muito agradável! Ao término do café continuamos nossa visita para conhecermos mais o funcionamento da instituição.

No currículo do Curso de Pedagogia do Unilavras temos três disciplinas que abordam diretamente a educação especial: Libras, Educação Especial e Psicopedagogia. Como já tínhamos estudado a disciplina de Educação Especial e estávamos estudando a de Libras já havíamos aprendido alguns conceitos e metodologias da área e isso nos ajudou a compreender melhor os locais visitados, as práticas de ensino e materiais utilizados.

A nossa professora de Libras havia nos ensinado alguns sinais da língua. Desse modo, no momento em que nos reunimos com os alunos surdos e funcionários da instituição, também pudemos nos apresentar em Libras e foi muito gratificante para nós conseguirmos nos comunicar com eles.

Os alunos, após observarem nossas características físicas e conversarem conosco, atribuíram para cada uma de nós um nome em Libras, que é uma identificação pessoal, que não deveria ser alterado. Esse momento foi muito harmonioso e alegre para todos porque passamos a fazer parte da realidade deles.

A imagem a seguir marca o momento do término da nossa visita à instituição. Nos reunimos com a nossa professora de Libras e com a Diretora da instituição para registrar o momento:



Figura 06 - Alunas, a professora de Libras do Curso de Pedagogia e a diretora da instituição se despedindo da visita.

Fonte: Arquivo pessoal da autora Daniela Ferreira (2019).

As alunas Daniela Costa, Luísa e Nataliane, mesmo não tendo participado das visitas às instituições para educação de estudantes deficientes, citadas anteriormente nesse tópico, consideram ser de extrema importância esse tipo de atividade para a formação do pedagogo. Luísa comenta que com certeza mostrou um lado prático, até então, desconhecido por todas. Prova é que as colegas ficaram maravilhadas, por vivenciarem esse leque de sensações e aprendizados, e relataram para as outras que não puderam estar presentes.

Nataliane acredita que momentos, como os citados, agregaram muitas aprendizagens. Sem dúvida as visitas técnicas proporcionam a nós, estudantes de Pedagogia, ver na prática a teoria estudada em sala de aula. Um dos relatos que mais chamou sua atenção foi saber que a

instituição possuía uma mini casa, onde os alunos poderiam aprender atividades do dia a dia, como arrumar a cama, lavar copos, talheres, pratos. Nataliane afirma que, essa proposta educativa, deveria fazer parte do currículo da educação infantil de todas as escolas, pois, como defendeu Montessori, nessa idade as crianças estão em formação e aprender a realizar atividades cotidianas ajudam na aprendizagem e a desenvolverem a autonomia.

Para Nataliane ouvir os relatos das colegas sobre a educação de pessoas com deficiências audiovisuais foi emocionante, pois acredita que elas têm muito a nos ensinar. Infelizmente, ainda é possível perceber que, nos dias atuais, há muitos casos de pessoas surdas que não estão totalmente incluídas na sociedade e têm pouco contato com pessoas ouvintes. Assim, são necessárias mudanças na sociedade para que ela acolha as pessoas deficientes surdas e introduza a Língua Brasileira de Sinais, não só na escola, como também em nossas práticas sociais cotidianas.

Daniela Costa também percebeu como foi fundamental para as colegas vivenciarem esse momento. O relato delas demonstrou como a teoria, que estudavam no Curso de Pedagogia, também embasava a prática da instituição. Essa visita possibilitou não apenas conhecer uma instituição com ensino especializado para deficientes audiovisuais, como ampliar os conhecimentos sobre educação especial.

Todas concordamos que as visitas técnicas nos permitiram, enquanto estudantes de Pedagogia, perceber que os conteúdos teóricos e metodológicos que aprendemos na sala de aula não se separam da prática e nos ajudaram a ampliar nossa visão de mundo e ter mais empatia com as necessidades das pessoas com deficiência. Estas visitas com certeza tiveram uma dimensão ainda maior, por se tratar de uma instituição que cuida e proporciona aprendizados às pessoas com deficiências audiovisuais.

No próximo tópico discutiremos outras experiências sobre o tema da inclusão, numa perspectiva da educação especial, realizadas durante os encontros presenciais do Curso de Pedagogia.

2.2 Atividades práticas interdisciplinares desenvolvidas nos encontros presenciais do Curso de Pedagogia

Os encontros presenciais do Curso de Pedagogia, na modalidade a distância (EAD) acontecem mensalmente no Campus sede do Unilavras¹, em datas pré-agendadas no calendário acadêmico. Nesses encontros os professores planejam atividades com metodologias ativas, onde o objetivo é a interdisciplinaridade entre as disciplinas cursadas em cada módulo². Nós, estudantes, somos colocadas como as principais autoras do nosso processo de aprendizagem, que acontece de forma prática e participativa e busca desenvolver a nossa autonomia.

Entre as atividades práticas realizadas durante os encontros presenciais do Curso de Pedagogia destacamos algumas, a seguir, que consideramos a mais significativas em relação à Educação Inclusiva.

No ano de 2019, em um encontro presencial, nos foi apresentada a proposta de uma atividade prática interdisciplinar pelas professoras de Libras, Língua Portuguesa e Currículo, para a elaboração de um projeto nomeado de túnel de sensações, em que teríamos que construir uma maquete sobre atividades sensório-motoras.

O objetivo da atividade foi aprofundar o nosso conhecimento sobre a Educação Inclusiva, realizar o planejamento de um projeto e tentar executá-lo. Após finalizado o projeto iríamos tentar apresentá-lo ao Curso de Pedagogia e ao setor de Extensão do Unilavras para que, posteriormente, o túnel pudesse ser construído e levado para o evento anual chamado “Unilavras na praça”. O evento celebra o aniversário da instituição com várias atividades oferecidas pelos cursos e pelo Colégio Unilavras para a comunidade, na praça central da cidade de Lavras, MG.

Todas nós participamos da atividade prática interdisciplinar proposta pelas professoras. Nós tivemos que nos colocar no lugar de pessoas com deficiência sensório-motora para poder construir o projeto, que tinha como proposta fazer com que as crianças explorassem os cinco sentidos do corpo humano (audição, visão, tato, olfato e paladar).

Fomos divididas em cinco grupos e cada um ficou responsável por um dos cinco sentidos. Após apresentada a proposta de construirmos um túnel, com repartições onde as crianças pudessem entrar, passar e experimentar os cinco sentidos, um de cada vez, os grupos iniciaram o diálogo para organizar as ideias e ver a melhor maneira de oferecer uma experiência marcante e que atendessem o público infantil que frequentava o evento.

¹ Durante o período de pandemia da Covid 19 os encontros presenciais continuam ocorrendo normalmente e com a mesma proposta, entretanto, foram adaptados para acontecerem de maneira remota via ambiente virtual de aprendizagem Blackboard.

² As disciplinas de cada semestre do Curso são divididas em 1º módulo e 2º módulo.

Foram necessários dois encontros presenciais para desenvolver o projeto. No primeiro, fizemos o planejamento para definirmos como colocaríamos em prática e, no segundo, construímos uma maquete utilizando diversos materiais como cartolina, papel laminado, espelhos, EVA, TNT, cola quente, isopor, folhas de árvores, etc. para servir como projeto para a construção de um túnel em tamanho real.

Do planejamento até a execução passamos por momentos enriquecedores enquanto estudantes de Pedagogia. Foi preciso que houvesse uma parceria entre todas nós, para trabalharmos em grupos com diferentes colegas, inclusive de outras turmas, já que os mesmos foram montados pelas professoras e tivemos que conviver e nos entender para no final dar tudo certo. A seguir apresentamos uma imagem da maquete do túnel em processo de construção:



Figura 07 - Maquete do túnel das sensações realizada no encontro presencial, com metodologias ativas do Curso de Pedagogia do Unilavras em 2019.

Fonte: Arquivo pessoal da autora Nataliane Silva (2019).

A elaboração desse projeto foi bem complexa porque tínhamos que pensar nas diferentes demandas que poderiam surgir e em como atendê-las, sem comprometer a segurança e integridade das crianças e oferecer um bom aprendizado. Ao vermos o resultado final da maquete ficamos felizes e maravilhadas, como bem demonstra a imagem a seguir, em que estamos todas juntas trabalhando:



Figura 08 - Turmas do Curso de Pedagogia durante a confecção da maquete do Túnel de Sensações no Unilavras.

Fonte: Arquivo pessoal da autora Daniela Ferreira (2019).

O projeto do túnel das sensações foi concluído com sucesso e o próximo passo era verificar se poderia ser construído e realizado no evento, na praça da cidade. Mas, nos deparamos com algumas questões: o tempo já estava curto e era necessário fazer a solicitação dos materiais para construí-lo, o espaço que o Curso de Pedagogia tinha na tenda da praça era pequeno para o que precisávamos, além disso, era difícil saber o número e o perfil das crianças que iriam querer participar, havia a dificuldade de construir um túnel fechado, que fosse facilmente montado e, ao mesmo tempo, oferecesse segurança aos usuários.

Em função disso, tivemos que fazer adaptações ao projeto por não ser possível construir como havia sido planejado anteriormente. O projeto foi adaptado e a descrição que segue é com base no relato da aluna, Roberta, que estava presente no evento e participou da execução.

A atividade aconteceu da seguinte maneira. Na tenda do Curso, que ficava enfileirada junto com as tendas dos demais cursos, na praça central da cidade, foram colocadas cinco mesinhas de plástico, do tamanho infantil, uma após a outra para que fosse explorado cada um dos cinco sentidos pelas crianças.

Para participar, primeiramente, vendava-se os olhos da criança e um dos professores ou estudante do Curso guiava a criança por cada mesinha dos sentidos. Iniciava o percurso pela mesinha do sentido da audição, em que era colocado um fone de ouvido ligado a um celular que emitia sons variados e era perguntado à criança que som ela ouvia e ela prontamente respondia.

Depois era a vez do olfato, em que eram apresentados à criança produtos com cheiros, como pó de café. Logo em seguida, era a vez da mesinha do tato, em que eram oferecidas diferentes texturas: macias, duras, ásperas e pegajosas, como massinha caseira.

A próxima mesinha era a do paladar. Foram preparadas frutas em pequenos pedaços, banana e maçã mergulhadas em suco de laranja natural, e colocadas em potinhos individuais para as crianças experimentarem e adivinharem qual era o sabor da fruta e descreverem a textura.

Por último, estava a mesinha da visão, em que a criança era colocada em frente a um espelho e quem estava conduzindo a criança, tirava a venda dos seus olhos e perguntava o que ela estava vendo e, cada criança respondia ao seu modo, “sou eu” e as vezes diziam o próprio nome.

As imagens a seguir apresentam alguns momentos de interação, em que estão presentes a aluna Roberta, outras estudantes, professores e as crianças que participaram das atividades sensório-motoras e de outras atividades que foram oferecidas na tenda do Curso de Pedagogia:





Figura 09 - Aluna Roberta e professores no Unilavras na praça interagindo com as crianças na trilha das sensações.

Fonte: Arquivo pessoal da autora Roberta Dâmia (2019).

A Roberta descreveu que a atividade superou todas as expectativas, que conseguiram a participação ativa das crianças, que cada uma delas reagia de uma forma diferente em relação às experiências sensório-motoras, como na experimentação dos sabores das frutas, das texturas, etc. No final, todas as crianças que participaram da atividade conseguiam entender a proposta e vivenciar um pouco do dia a dia das pessoas com deficiência. Esperamos que essa atividade tenha despertado nelas o desejo de conhecer mais as necessidades de cada pessoa, assim como de respeitar diferentes limitações.

Para nós, estudantes de Pedagogia, poder contribuir com esse momento foi maravilhoso. Nos mostrou que trabalhar desde cedo com as crianças com o tema da inclusão pode contribuir para a formação de pessoas com mais respeito às diferenças e contribuir para uma sociedade mais inclusiva.

Outra atividade interdisciplinar que fizemos nos encontros presenciais do Curso ocorreu no ano de 2019, quando cursávamos o 4º período. Todas nós iniciamos a atividade fazendo uma apresentação e um breve diálogo utilizando a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é considerada a segunda língua nacional e foi reconhecida pela Lei de nº 10.436/2002. Seu ensino visa a inclusão e a garantia do direito à cidadania pelas pessoas com deficiência auditiva.

A professora regente da disciplina, que nos ensinou os sinais, solicitou que cada aluna fizesse, previamente, um pequeno vídeo de apresentação utilizando a Libras que foi postado no

You tube e o link enviado no ambiente virtual de aprendizagem do Curso. Na imagem a seguir temos os prints das postagens desses vídeos:

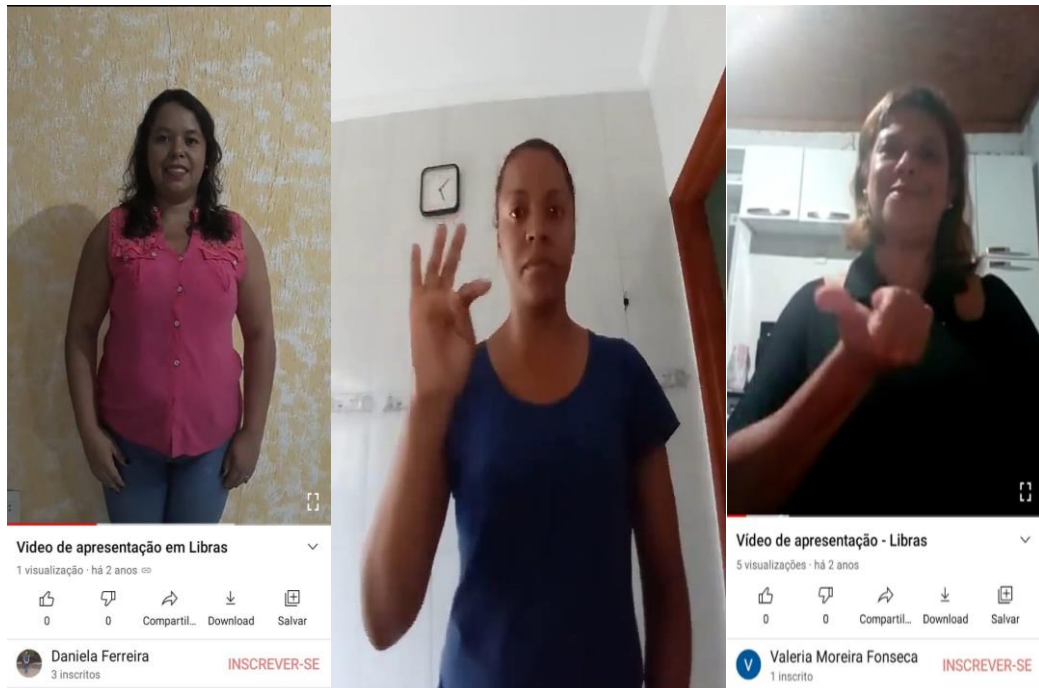


Figura 10 – Prints dos vídeos de apresentação em Libras, que foram postados no YouTube.

Fonte: Arquivo pessoal das autoras Daniela Ferreira, Roberta e Valéria (2019).

Foi uma experiência inovadora, desafiadora e instigante. Roberta já tinha feito um curso de Libras e tinha mais facilidade no entendimento, mas, o restante de nós, fomos inseridas em um novo mundo de aprendizagens. Aprendemos que a Libras é uma língua, que boa parte das pessoas não a reconhece como tal e que existe uma comunidade surda que considera a surdez uma limitação e não uma deficiência.

Esses conhecimentos e vivências nos permitiram crescer, pessoalmente e profissionalmente, pois nos ofereceram inúmeras aprendizagens ao nos colocarem no lugar das pessoas surdas e mudas. Pudemos entender suas dificuldades, em não compreender outra língua, assim como as limitações das pessoas ouvintes para se comunicar com elas. Por isso aprendemos e defendemos que as pessoas surdas precisam ser reconhecidas e valorizadas dentro da sociedade e receberem mais recursos para o seu desenvolvimento integral.

Ao pensarmos em uma Educação Inclusiva é impossível não destacar a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras), pois ela busca a inclusão dos surdos na sociedade e o respeito às suas particularidades. Mas, essa possibilidade de formação no Curso de Pedagogia

foi possível somente a partir do ano de 2005, em que foi estabelecido a implantação da Língua Brasileira de Sinais como disciplina curricular obrigatória nos cursos de licenciatura em todo o Brasil, conforme determina o decreto nº 5. 626/2005, em seu Capítulo II, Da Inclusão da Libras Como Disciplina Curricular:

Art. 3º A LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A LIBRAS constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto (BRASIL, 2005, p. 28).

Aprendemos que as pessoas surdas lutaram muito para ter direito à educação e inserção social, como mostra a Declaração de Salamanca (1994), que destaca:

[...] a importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e a provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de signos (BRASIL, 1994, p. 7).

Em relação à disciplina de Libras do Curso, nossos desafios foram a falta de conhecimento e contato com a realidade de pessoas não ouvintes, vencer nossa timidez para nos apresentar em Libras na frente das colegas e o curto período de tempo de 60 horas para a aprendizagem do conteúdo da disciplina. Embora a disciplina seja uma formação inicial, consideramos ser pouco tempo para aprender uma língua nova.

As atividades eram muito rápidas e necessitávamos de maior suporte por parte da professora regente da disciplina, diante da importância do que estávamos aprendendo, ela poderia ser mais explorada. Acreditamos que a Libras deveria fazer parte do currículo desde a educação básica, pois a inclusão precisa estar presente e fazer parte do nosso dia a dia. De acordo com Rossi,

[...] o reconhecimento da Libras, como Língua oficial dos surdos, é uma conquista para que se respeite a difusão da língua, mostra que os deficientes auditivos, como cidadãos, têm o direito de estar integrados na sociedade o mais plenamente possível e especialmente na qualificação dos professores e

demais profissionais envolvidos, através da sensibilização do ambiente escolar (2010, p. 79).

Acreditamos que se a Libras fizesse parte do currículo das escolas regulares as pessoas seriam inseridas naturalmente no contexto comunicativo em qualquer espaço social e a inclusão seria mais efetiva.

Outra atividade prática interdisciplinar realizada em encontros presenciais, que selecionamos, aconteceu no segundo semestre de 2019, enquanto cursávamos a disciplina de Educação e Diversidade. Tivemos como proposta de atividade, com metodologia ativa, a produção de um Teatro de Mamulengo. Criamos os personagens, as histórias com o tema da inclusão e fizemos a interpretação para os professores e colegas do Curso.

O Teatro de Mamulengo é uma forma de manifestação da cultura popular tradicional de teatro de bonecos no Brasil. Ele teve início no país no interior do Nordeste e depois migrou para grandes centros e outras regiões. Em 2015 foi reconhecido como patrimônio cultural imaterial brasileiro, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), sendo batizado de forma unificada como Teatro de Bonecos Popular do Nordeste. O grupo Mamulengo Fuzuê apresentou um pouco do contexto histórico do Teatro de Mamulengo, com base na tradição oral:

O saudoso Mestre Ginu, bonequeiro pernambucano, contava que o Mamulengo surgiu nas senzalas, onde o povo negro escravizado se reinventava para contar histórias de libertação, a partir de bonecos esculpidos em madeira. Era a dor transformada em alegria a partir de situações cotidianas de superação e irreverência, as brincadeiras de Mamulengo percorrem o tempo, falando sobre luta, fé, amor, guerra e liberdade. Até hoje, a tolda (armação de tecido de onde o ator manipula os bonecos) se abre e as figuras ganham vida para dar voz aos sentimentos e expressões da nossa gente brasileira, trabalhadora e brincante (MAMULENGO FUSUÊ, s/d).

Como o Teatro de Mamulengo é uma forma do povo contar a sua própria história, aproveitamos essa manifestação cultural para adaptarmos e criarmos nossos bonecos, histórias e, através dos personagens, apresentarmos um pouco do dia a dia das pessoas com deficiência, suas dificuldades, limitações e como é importante que a escola promova uma inclusão equitativa, qualitativa e que promova um aprendizado para a vida.

Todas nós participamos dessa atividade e fomos divididas em grupos. Inicialmente as professoras responsáveis pela atividade passaram um vídeo explicando a origem e o contexto histórico dos bonecos de mamulengo, como forma de apresentar e resgatar a nossa cultura popular do país.

Em seguida os grupos teriam que criar uma história com o tema da inclusão de pessoas com deficiência, os personagens e preparar a apresentação para a turma.

O desafio dessa atividade foi a criação da história em pouco tempo, já que queríamos que os diálogos e as histórias fossem ricos, coerentes e retratassem situações que faziam parte da vida de pessoas com deficiência.

Destacamos também a dificuldade na produção dos bonecos de mamulengo com o material que tínhamos disponível. Como parte da proposta nos foi apresentada previamente pelas professoras e solicitado que levássemos alguns materiais que tínhamos em casa, foi preciso improvisar muito para que o resultado fosse satisfatório. Fizemos os bonecos utilizando diversos materiais, como tecido, palitos de madeira, lã, tinta, e etc.

A atividade descrita foi muito importante para nossa formação, pois através dela tivemos a oportunidade de criar e encenar diálogos de acolhimento, inclusão e reconhecimento, por meio dos nossos bonecos de Mamulengo, que além de representarem as pessoas com deficiência, ao mesmo tempo, eram uma ferramenta lúdica para tratar o assunto.

A seguir apresentamos algumas imagens dos grupos durante as apresentações do Teatro de Mamulengo:



Figura 11 - Alunas Roberta, Daniela Ferreira, Luísa e outras colegas do Curso de Pedagogia durante a apresentação do Teatro de Mamulengos no Unilavras.

Fonte: Arquivo pessoal da autora Daniela Ferreira (2019).



Figura 12 - Alunas Valéria, Daniela Costa, Nataliane e outras colegas do Curso de Pedagogia durante a apresentação do Teatro de Mamulengos no Unilavras.

Fonte: Arquivo pessoal da autora Daniela Ferreira (2019).

Percebemos que a inclusão é extremamente necessária para todos, que o respeito e o acolhimento são os ingredientes essenciais para enriquecer todas as relações, que precisamos ter cuidado com nossas falas e atitudes, para que elas possam repercutir positivamente na vida de todos, como aprendemos, principalmente, nas disciplinas de Educação Especial e Libras.

Ao refletirmos neste momento sobre os resultados obtidos na atividade do Teatro de Mamulengos, consideramos que poderia ter sido feito um teatro maior, com mais pessoas, histórias e a gravação para a transmissão em outros locais. Assim, mais pessoas poderiam se conscientizar da importância da inclusão.

Mas, acreditamos que as atividades interdisciplinares do Curso garantem uma maior interação entre alunos, professores e conteúdo, pois nos proporciona um olhar diferenciado sobre inúmeras possibilidades de ensino e aprendizagem.

A construção do conhecimento em conjunto faz com que os propósitos dos estudantes sejam alcançados em prol de um único objetivo. Nesse momento o professor deixa de ser protagonista e cede este papel para nós, estudantes.

2.3 Experiências em estágios e atividades práticas de disciplinas do Curso de Pedagogia

Durante a realização dos nossos estágios obrigatórios ou em vivências de atividades práticas das disciplinas tivemos a oportunidade de acompanhar e conhecer alunos com deficiências e esses momentos despertaram a nossa preocupação para a necessidade de a educação ser de qualidade e inclusiva para todos, como será visto a seguir.

2.3.1 Experiências em atividades práticas da disciplina de Alfabetização e Letramento

No ano de 2019, Daniela Costa realizou uma observação em uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental para a elaboração de um relato de experiência para disciplina de Alfabetização e Letramento. Nessa turma tinha uma aluna com deficiência, possuía dificuldade de mobilidade e precisava ser carregada por sua professora de apoio, que a acompanhava todos os dias.

Apesar da aluna necessitar de cadeira de rodas, a mãe não concordava. Essa professora também trocava as fraldas da aluna dentro da própria sala de aula, porque o banheiro ficava no andar de baixo e ela só descia para merendar e ir para a quadra e ao parque.

Segundo Daniela, a escola era toda adaptada, possuía rampa na entrada e na quadra e o banheiro era de fácil acesso. A cadeira escolar da aluna era adaptada para a sala de aula, tinha um cinto que a segurava, pois ela não se equilibrava sozinha.

É importante salientar que a lei prevê que, para receber alunos com deficiência, é necessário adaptar os espaços escolares, torná-los acessíveis para a livre locomoção e a apropriados para realização de todas as atividades educativas, recreativas e de socialização. Um dos documentos publicados pela Unesco em 2002 também reforça a necessidade de adaptação:

[...] todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder as necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...) dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que lhes assegure uma educação efetiva [...] (UNESCO, 2002, p. 75).

Também se faz necessário a preparação do corpo docente e dos demais profissionais, a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) para o aluno, a adaptação do projeto pedagógico e o uso de tecnologias.

Capellini (2018) defende que as adaptações curriculares podem ser entendidas como uma estratégia didático-pedagógica que considera as diferenças acadêmicas e os ritmos de aprendizagem dos estudantes, permitindo contemplar a diversidade em questão, oferecendo alternativas educativas aos estudantes que apresentam dificuldades de se apropriar dos

conteúdos curriculares, para o ano que estão frequentando, de modo que facilite o processo educativo.

Para isso, é preciso conhecer as especificidades e necessidades de cada estudante e realizar uma avaliação com profissionais de uma equipe multidisciplinar, além de propiciar um ambiente de cooperação, livre de preconceitos e manter uma parceria permanente entre a escola e família.

Maciel (2000) diz que é preciso que os educadores tenham conhecimento sobre o diagnóstico de cada um desses educandos. O primeiro passo é partir da entrevista com os genitores ou responsáveis do aluno, a fim de que por meio desta prática se possa conhecer a história do mesmo e, a partir dessas informações, criar mecanismos para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem.

A escola e educador também devem buscar a orientação de equipe multidisciplinar, com profissionais de áreas ligadas à fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia, medicina e outras, que atendam às necessidades dos educandos com deficiências.

Ao tratarmos das normas para a atuação docente com alunos com deficiência, podemos tomar como exemplo o Guia de Orientação da Educação Especial de Minas Gerais de 2014, que orienta a presença de um segundo profissional, chamado de “Professor de Apoio”, para estar dentro da sala de aula em turmas regulares, quando estas possuírem alunos deficientes. O documento apresenta algumas as funções desse profissional:

O Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas – oferece o apoio pedagógico ao processo de escolarização do aluno com disfunção neuromotora grave, deficiência múltipla e (ou) transtornos globais do desenvolvimento. Esse apoio pressupõe uma ação integrada com o(s) professor(es) regente(s), visando favorecer o acesso do aluno à comunicação, ao currículo, por meio de adequação de material didático pedagógico, utilização de estratégias e recursos tecnológicos. Para atuar no atendimento, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais da docência e capacitação específica na área da deficiência que irá atuar (MINAS GERAIS, 2014, p. 20 -21).

A inclusão de estudantes com deficiência, tanto nos espaços sociais quanto em salas de aulas regulares, é uma forma de democratização das oportunidades educacionais para esses cidadãos. A escola regular passou a representar o local primordial onde a integração de alunos com deficiência e sem deficiência seja concretizada.

Tendo em vista a realidade da inclusão, muitos professores da escola regular se depararam com a falta de formação específica para saber como incluir os novos alunos com

deficiência, causando insegurança nos profissionais que, despreparados, não adotam práticas inclusivas promovendo ainda mais a exclusão.

Por esse motivo, destacamos a importância da nossa formação em Pedagogia, que nos oferece em seu currículo disciplinas e discussões sobre a educação e inclusão de deficientes. Do mesmo modo, é importante que todos os licenciados tenham uma boa formação na área e uma prática educativa inclusiva. De acordo com Dantas e Pinto:

Essa formação pode ser garantida com disciplinas obrigatórias ofertadas nos cursos de Pedagogia que possibilitem a formação teórica aliada à experiência de estágio, ajudando os graduandos a pensar e construir práticas pedagógicas que favoreçam o acesso de todos à educação. Além disso, as secretarias e universidades precisam aliar-se para pensar a formação daqueles que estão há anos no trabalho em sala de aula, garantindo as exigências legais e se fazendo cumprir os direitos das crianças e adolescentes (DANTAS; PINTO, 2013, p. 11).

Além de formação inicial nos cursos de formação de professores também é necessário realizar a formação continuada daqueles que já estão atuando. A aluna deficiente citada anteriormente por Daniela Costa não acompanhava os conteúdos da turma e suas atividades eram focadas apenas em habilidades cognitivas como memória, atenção e associação. Porém, quando ficava cansada e chateada começava a gritar e tentava sair de sua cadeira. Nesse momento a professora de apoio contava com a ajuda das outras crianças que tentavam animá-la, seguravam sua mão e conversavam com ela.

Em um dos dias de observação a professora de apoio se atrasou e a professora regente pediu para que Daniela acompanhasse a aluna. Ela se apresentou novamente e começou a descrever a atividade que iriam fazer. Para sua surpresa a aluna reagiu muito bem, acompanhando e realizando corretamente toda a atividade. Quando sua professora de apoio chegou ficou espantada e parabenizou Daniela, pois, a aluna não permitia a interação de ninguém, além dela e da mãe.

Daniela explicou que apenas respeitou o tempo da aluna e suas ações. Para se aproximar agiu normalmente e explicava a atividade quando percebia a interação da aluna. Daniela não sabia que a aluna não interagia com pessoas estranhas e foi gratificante saber que conseguiu estabelecer essa conexão com ela. Foi como ver tudo o que aprendeu nas disciplinas sendo colocado em prática, em ação, de uma forma totalmente natural e nesse momento ela compreendeu a importância do que aprendeu durante o Curso.

2.3.2 Experiências em estágios do Curso de Pedagogia

Os Estágios Supervisionados tem por objetivos desenvolverem as ações na perspectiva de uma atividade de pesquisa, que articula teoria e prática; conhecer as características do trabalho docente; compreender a organização do trabalho pedagógico, por meio do contato com educadores, educandos e demais funcionários de uma instituição escolar; compreender a observação e intervenção pedagógica enquanto recursos fundamentais para a reflexão, a construção do conhecimento e para um bom desenvolvimento das atividades no campo de estágio (CALDERANO, 2012).

O estágio em ambiente escolar tem por objetivo preparar o estagiário para a atuar na escola, com os professores nas salas de aula, bem como para a análise, avaliações e crítica do processo de ensino e aprendizagem.

Algumas vivências puderam ser realizadas através do Curso de Pedagogia nas disciplinas de Estágio Supervisionado I- Educação Infantil, no 5º Período, no ano de 2019 e no Estágio Supervisionado II – Ensino Fundamental anos iniciais, no 6º Período, no ano de 2020.

Durante o Estágio Supervisionado nos deparamos com a educação inclusiva, onde a escola contava com todo um aparato adequado para integrar o aluno com deficiência em seu seio, sem que ele se sentisse diferente ou negligenciado. Foi uma experiência em que pudemos constatar que a educação inclusiva deixou de ser um universo paralelo e passou a respeitar e acolher as diversidades humanas e, também, quando ocorreu o enlace das disciplinas de Estágio Supervisionado e Educação Especial. Segundo Souza e Rodrigues:

Inclusão é respeito e aceitação da singularidade, da especificidade que cada sujeito possui a consciência de que aprendemos e crescemos como pessoas através do respeito à alteridade. Mas não é somente aceitar e respeitar. Deve-se criar condições para que a inclusão seja verdadeira e aconteça para todos, em que haja qualidade de ensino com ações educativas fundamentadas no respeito ao outro e na solidariedade, tendo a participação das pessoas que direta ou indiretamente estejam comprometidas com o processo educacional (2015, p. 4).

Durante o Estágio Supervisionado Obrigatório na Educação Infantil, as alunas Luísa e Roberta relatam terem acompanhado dois alunos autistas que cursavam a pré-escola e tinham em torno de 5 anos, porém em escolas públicas, cidades e situações distintas.

Nessas atividades observamos as seguintes características nas pessoas com TEA que convivemos: dificuldades no relacionamento interpessoal, como olhar nos olhos e ausência de

contato; poucas demonstrações de dor; gosto por brincar sempre com o mesmo brinquedo ou objeto; dificuldade em focar-se numa tarefa aparentemente simples e concretizá-la; preferência por ficar só do que brincar com outras crianças; não ter, aparentemente, medo de situações perigosas; ficar repetindo palavras ou frase; não responder quando é chamado pelo nome; às vezes apresentam acessos de raiva e dificuldade em expressar seus sentimentos com falas ou gestos.

Mattos e Nuernberg (2011, p. 132), destacam a possível relação entre um déficit na função executiva e sintomas como estereotípias e rotinas em crianças com espectro autista, pois a função executiva está relacionada à atenção compartilhada, definida como a habilidade envolvendo o olhar e outros sinais, comunicação entre objeto e evento e movimentos repetitivos.

A inclusão de estudantes com deficiências no ensino regular promove um ambiente rico pela diversidade social e é facilitador do desenvolvimento de todos os estudantes, com ou sem deficiência.

Segundo Luísa, ela acompanhou um menino que tinha espectro autista bem severo, com comportamento por vezes agressivo, mas, na maior parte do tempo era quieto.

Já Roberta relata que havia uma aluna com traços autista, era muito inteligente e tinha uma letra linda e só precisava de um bom acompanhamento educacional. Mas, seu comportamento era muito instável e quando se irritava com algum colega abaixava a cabeça na mesa e chorava muito. Naquele momento a professora não podia se aproximar, então a deixava se acalmar sozinha.

Luísa relata que o aluno fazia algumas atividades juntamente com a turma, porém, a maior parte do tempo ele queria ficar no pátio brincando com a professora de apoio e não era muito de se abrir para outras pessoas. Segundo ela, a escola possuía ambientes apropriados e com riqueza de materiais para que o aluno pudesse se desenvolver psicossocialmente e culturalmente naquela escola. Conforme Mattos e Nuernberg “ambientes bem planejados, que procuram se adequar às necessidades de todos os educandos compreendem a escola como meio sociocultural fundamental à constituição dos sujeitos” (2011, p.130).

Luísa relembra que, no dia do aniversário do aluno com TEA, após o intervalo, todas as crianças cantaram parabéns para ele. O que a surpreendeu foi a sua reação: ele se alegrou e bateu palmas junto com todos da escola.

Por sua vez, Roberta observou que a aluna, mesmo parecendo não estar acompanhando as atividades, com seu olhar ausente, ouvia tudo e sabia mais do conteúdo do que os outros

alunos sem deficiência. Durante conversas e brincadeiras, Roberta ganhou sua confiança e a aluna não soltava a sua mão para nada.

Já na experiência relatada por Luísa, o aluno em questão tinha um professor de apoio que o acompanhava durante as 4 horas e meia diárias que ele permanecia na escola, fornecendo um atendimento educacional especializado. Para Nunes e Araújo,

[...]as práticas interventivas para populações com autismo são mais efetivas se forem de caráter intensivo (entre 25 e 40 horas semanais) e implementadas em situações naturais durante o período da primeira infância (2014, p. 9).

Sendo assim, a pré-escola é um local adequado, pois acomoda as crianças e oferece um atendimento e apoio intensivo, conforme foi observado por Luísa entre o aluno e sua professora de apoio. Era possível perceber nos dois um bom relacionamento e entendimento. Esse carinho interferia positivamente no desenvolvimento e no ensino e aprendizagem do mesmo.

Na imagem a seguir o professor regente está com sua turma no pátio da escola enquanto realizava a contação de histórias:



Figura 13 - Professor regente com a turma no pátio ouvindo histórias.
Fonte: arquivo pessoal da autora Luísa Gardene (2019).

A próxima imagem retrata um momento acompanhado por Luísa, em que as crianças brincam e desenvolvem a coordenação motora com um jogo de montagem:



Figura 14 - Atividade de psicomotricidade com os alunos.
Fonte: arquivo pessoal da autora Luísa Gardene (2019).

Roberta afirma que a professora regente lhe relatou que havia solicitado para a direção da escola uma professora de apoio e materiais didáticos específicos para a aluna. Que algumas vezes o professor regente não consegue sozinho atender a diversidade e demanda do aluno deficiente, daí a importância e necessidade de um professor de apoio.

Mas, segundo a professora, devido negligência da mãe, a aluna não tinha um diagnóstico preciso e isso atrapalhou nesse processo e não foi possível a contratação do profissional. Por isso, durante o período em que Roberta realizou o estágio com essa turma, foi ela quem a ajudou com suas atividades. Na imagem a seguir, Roberta registra o momento de despedida da turma em que fez o estágio na Educação Infantil:



Figura 15 - Foto da aluna Roberta Dâmia em sua despedida do Estágio Supervisionado na Educação Infantil.

Fonte: Arquivo pessoal da autora Roberta Dâmia (2019).

No contexto escolar o papel do Professor de Apoio é facilitar a adaptação e aprendizagem de um aluno com alguma deficiência, quando o professor regente da sala não consegue sozinho atender a toda a heterogeneidade de alunos que demandam metodologias, técnicas e profissionais especializados para ajudá-lo neste desafio. Por isso, a presença do Professor de Apoio é fundamental. Segundo os autores Villela, Lopes e Guerreiro (2013) no texto “Os desafios da inclusão escolar no Século XXI”,

Faz-se igualmente necessária, para uma efetiva inclusão dos estudantes com deficiência nas escolas regulares, a participação dos profissionais do ensino comum e da educação especial em reuniões conjuntas, para a tomada de decisões sobre estratégias e adaptações necessárias para promover o desenvolvimento das potencialidades e o aprendizado dos AD, de acordo com as características de cada um (VILLELA; LOPES; GUERREIRO, 2013, p. 5).

O professor apoio e o professor regente devem acreditar na potencialidade de todos os seus alunos e criar métodos para que todos consigam aprender, independentemente de suas diferenças e especificidades.

Para isto, é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares (MANTOAN, 2006, p. 48).

Essa parceria deve ser ampliada com os demais profissionais da escola e a família. É essencial para que o profissional consiga alinhar as ações, compartilhar informações e aprender a elaborar métodos específicos para cada aluno. A família é fundamental para que o processo de formação do estudante seja bem-sucedido, uma vez que, na escola, ele vai ampliar seus conhecimentos técnicos e práticos, desenvolvendo também suas habilidades e capacidades. Segundo Szymansky:

Ambas as instituições têm em comum (...) o fato de prepararem os membros jovens para sua inserção futura na sociedade e para o desempenho de funções que possibilitem a continuidade da vida social. Ambas desempenham um papel importante na formação do indivíduo e do futuro cidadão (2010, p. 98).

De acordo com o autor é necessário o total apoio da família, que deve reconhecer e valorizar a competência da pessoa, acreditando que ela é capaz de conquistar autonomia e se desenvolver cada vez mais. Família e escola devem caminhar juntas, em parceria, sempre

objetivando a aprendizagem do aluno e buscando melhorar seu desempenho escolar. Segundo Carvalho (2000 p. 4):

A promessa de uma relação produtiva entre escola e família inclui ganhos para a família (coesão, empoderamento), para a escola (eficácia), para os estudantes (o sucesso de todos), e para a sociedade (a construção democrática a partir da base e do cotidiano) (CARVALHO, 2000, p. 4).

Tanto Luísa quanto Roberta destacam que essa experiência no estágio foi muito marcante. Luísa nunca havia tido contato com autistas antes e não conhecia o trabalho de um professor apoio. Ela ressalta a importância de uma Educação Inclusiva de verdade, que exista não somente na lei ou papel. Que a escola na qual ela vivenciou essa experiência, com o aluno autista, está realmente de parabéns, pois era bem munida de bons materiais didáticos e que auxiliava muito a professora que, por sua vez, fez do seu aluno com deficiência realmente parte integrante e importante da escola.

Já Roberta afirma que percebeu a teoria estudada sendo relacionada com a prática o tempo todo e que, a partir dos seus aprendizados e reflexões, obteve resultados positivos, que a deixou muito feliz por lhe trazer segurança para enfrentar os desafios da profissão. Mas também afirmou ter ficado triste em ver como a deficiência do sistema educativo, em não disponibilizar uma professora de apoio para aluna, estava sendo prejudicial para o seu desenvolvimento e dificultando a professora regente conduzir as aulas sozinha.

Para nós, Daniela Costa, Nataliane, Valéria e Daniela Ferreira observar essas diferenças envolvendo alunos com a mesma deficiência nos fez refletir sobre os diferentes contextos escolares e educativos que poderemos encontrar na nossa futura atuação e que precisamos estar bem-preparadas e buscar sempre por atualizações por meio de estudos e em cursos de formação continuada.

No ano de 2020, durante a realização do Estágio Obrigatório Supervisionado no Ensino Fundamental I, realizado em uma escola municipal, Nataliane teve a oportunidade de acompanhar por dois dias uma aluna do 4º ano do Ensino Fundamental I diagnosticada com baixa visão, enquanto sua professora de apoio estava afastada, devido à problemas de saúde. A baixa visão da aluna causava-lhe uma perda parcial da visão que não podia ser corrigida com óculos de grau, lentes ou procedimentos cirúrgicos.

Segundo Nataliane foi uma experiência enriquecedora e de grande aprendizagem. A aluna era muito esforçada e carinhosa, conseguia acompanhar todas as atividades que a turma realizava, porém, suas atividades eram todas adaptadas. A grande maioria delas era impressa e

com tamanho da fonte maior. Ela também observou o cuidado dos colegas com a aluna, inclusive no horário do lanche e recreio, todos interagiram e brincavam com a aluna.

Nataliane relata que foi satisfatório e relevante o acompanhamento da aluna para sua formação pessoal e profissional, porém foi possível perceber algumas demandas neste processo: o prédio da escola é antigo e não possui infraestrutura adaptada para alunos com deficiência, afetando diretamente suas aprendizagens e a locomoção no espaço escolar. A seguir imagem da fachada da escola onde foi realizado a vivência do estágio:



Figura 16 - Fachada da Escola Municipal onde foi realizado o Estágio Obrigatório Supervisionado no Ensino Fundamental I.

Fonte: Arquivo pessoal da autora Nataliane Silva (2020).

Por sua vez, Valéria relata que no seu estágio no Ensino Fundamental I, realizado em uma escola municipal, no ano de 2020, teve uma vivência bem marcante ao acompanhar por três dias um aluno do 2º ano que era autista. Ele possuía atraso neuro motor e deficiência intelectual e tinha uma professora de apoio à sua disposição.

A professora era bem dinâmica em suas atividades com o aluno e o guiava sempre, pois ele tinha dificuldades para andar. Por isso, ela o levava para todo lado, pelos corredores da escola, para a brinquedoteca e refeitório.

Havia momentos em que ele estava em sala de aula e, às vezes, gritava para interagir com as outras crianças. Era o seu meio de se comunicar e expressar seus sentimentos.

Valéria também destaca o trabalho realizado pela professora. Ela trabalhava com atividades para desenvolver a audição, as sensações e percepções, por meio de músicas, usando caixa de areia, gelo, gelatina, tinta e outros. O lanche do aluno também era diferenciado. Tinha que ser processado, bem triturado ou líquido para poder alimentá-lo na escola. A imagem a seguir mostra o aluno realizando atividades para seu desenvolvimento psicomotor em caixa de areia e na brinquedoteca andando apoiado pela professora:



Figura 17 – Aluno realizando atividade psicomotora.
Fonte: Arquivo pessoal da autora Valéria Moreira (2020).

Essa vivência fez Valéria perceber como é a inclusão de pessoas com deficiência na escola regular e como o cuidado e afeto das outras crianças eram importantes e aconteciam naturalmente. Porém, o material didático ofertado para ser trabalhado com ele era limitado. Ela acredita que deveriam ter mais opções e, diante desse desafio, a professora tinha que se reinventar e produzir materiais para o aluno. Apesar de ter observado que as ações educativas eram limitadas e desafiadoras, considerou a vivência muito relevante para o seu aprendizado, como pedagoga e ser humano.

Infelizmente, a Daniela Ferreira não teve a oportunidade de vivenciar as mesmas experiências com a Educação Inclusiva durante seus estágios e em atividades práticas das disciplinas, como as demais integrantes do grupo. Mas, a partir dos relatos das colegas todas percebemos que, futuramente, em nossa atuação deveremos ser profissionais bem formadas,

empenhadas e com empatia com a história de cada um de nossos alunos, principalmente os deficientes, e com seus familiares. Como futuras pedagogas essas vivências ficarão marcadas em nossas vidas e em nossa formação.

3. AUTOAVALIAÇÃO

Por meio deste Trabalho de Conclusão de Curso foi possível identificarmos e refletirmos sobre como foi nosso exercício nas práticas desenvolvidas, as nossas condutas frente à determinadas situações, compreender as dificuldades enfrentadas e aprender com os exemplos bem-sucedidos durante os processos educativos com alunos com deficiência. Desse modo, foi possível nos preparar para alcançarmos sucesso em nossas carreiras como pedagogas, tão almejadas por nós durante toda a trajetória de quatro anos no Curso.

Realizar uma reflexão a respeito de nós mesmas e de um trabalho desenvolvido é uma ação pertinente e válida, no que diz respeito ao nosso crescimento interno, profissional e social. Foi importante, pois, pudemos perceber e trabalhar os nossos pontos fortes e fracos, valorizar nossas qualidades e melhorar nossas aprendizagens e habilidades.

Luísa, ao analisar todo seu percurso no Curso de Pedagogia, afirma que foi possível reconhecer suas características pessoais e profissionais e perceber que a área de gestão e coordenação foi a que mais brilhou em seus olhos. Entretanto, não descarta a atuação em outras áreas escolares e não escolares. Ela considera que foi sem dúvida um crescimento intelectual e reconhecimento de uma aptidão que, até então, não havia sido afluída.

Durante toda a trajetória no Curso de Pedagogia, Valéria foi despertando seu encantamento pela educação e considerou que foi produtivo, sistemático e dinâmico. Ela acredita que os aprendizados, desafios e conquistas foram fundamentais para o seu crescimento pessoal, intelectual e profissional. Pretende seguir a profissão de pedagoga e continuar os estudos, que já iniciou na Pós-graduação, em Psicopedagogia e Supervisão Escolar.

Nataliane encontrava-se insegura quanto à futura profissão. Chegou a pensar em mudar de curso, mas, com o decorrer do tempo a Pedagogia foi conquistando seu coração e foi tendo a certeza de que aquela era a profissão certa a seguir. Ela gostaria de se especializar na área de Educação especial e inclusiva e ser Professora Apoio para educar e ajudar crianças que possuem alguma deficiência.

Roberta, desde que ingressou no Curso de Pedagogia sempre desejou atuar em sala de aula e conforme o tempo foi passando e foi adentrando cada dia mais no universo da Educação essa vontade foi se confirmando. Já não era só um desejo pessoal, mas sim uma necessidade de poder contribuir com a melhoria e a qualidade do ensino. Ela considera que esses quatro anos foram de muitos aprendizados e com certeza pretende usar cada um deles em sua trajetória de

pedagoga. Ela deseja se especializar nas áreas de Psicopedagogia e Alfabetização e Letramento e atuar na Educação Infantil.

Daniela Ferreira ingressou na Pedagogia seguindo a sugestão de seu esposo que disse que ela tinha perfil para ser professora. Ela também foi atraída pela modalidade EAD e, logo no início do Curso, percebeu que havia feito a escolha certa e foi se descobrindo em cada disciplina estudada. A princípio gostaria de seguir a área de gestão e coordenação, mas hoje se identifica com a Pedagogia Empresarial e pretende fazer mestrado sobre práticas e inovações pedagógicas.

Daniela Costa tinha o sonho de ser professora desde criança, mas foi após o ingresso no Curso que teve a certeza de que esse era o caminho que queria seguir. Futuramente, deseja se especializar na área da Psicopedagogia e quer sempre estar em formação.

Analisando toda a nossa trajetória, consideramos que foi nítido o nosso crescimento e desenvolvimento e que acumulamos diversas aprendizagens e experiências que iremos levar para o resto de nossas vidas.

Como toda história, a nossa também foi composta por lutas, afinal foram quatro anos de curso e cada uma de nós teve que superar seus próprios desafios diários. Mas, também houve incontáveis momentos de aprendizado e parte deles está refletido nesse trabalho sobre a formação em pedagogia para a inclusão de alunos com deficiência.

Esperamos fechar com chave de ouro essa fase de nossa trajetória. Agora mais do que nunca somos o que aprendemos. Já não é possível separar o conhecimento dos nossos corpos. É isso que queremos refletir em nossas ações e que elas sejam sempre permeadas de cuidado e amor pela educação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentar nossas principais experiências, percepções, conhecimentos e reflexões adquiridos de forma interdisciplinar sobre a na Educação Especial, com foco Educação Inclusiva, ao longo do Curso de Pedagogia.

A realização do TCC aconteceu de forma harmoniosa e fluiu muito bem entre as integrantes do grupo, desde a escolha do tema até o desenvolvimento da escrita do trabalho. A seguir destacaremos algumas de nossas considerações sobre as vivências apresentadas.

Nas visitas técnicas conhecemos a rotina de duas instituições que recebem, apoiam, educam e orientam pessoas com diferentes deficiências e seus familiares, para que tenham melhores condições de vida em diferentes contextos sociais.

O objetivo principal das duas instituições é promover a inclusão no ambiente escolar, no trabalho e na vida comunitária, respeitando as limitações e os potenciais de cada um. As instituições também buscam proporcionar às pessoas com deficiência uma educação de qualidade e o desenvolvimento da autonomia e da autoconfiança que, conforme apresentamos ao longo deste texto, são direitos assegurados por lei para que haja de uma Educação Inclusiva.

Os encontros presenciais do Curso tinham como objetivo desenvolver atividades dinâmicas e inovadoras que contavam com a interdisciplinaridade entre as disciplinas que estavam sendo realizadas durante o período. Foram momentos de grandes desafios e ensinamentos onde buscávamos unir as nossas aprendizagens. Na realização das atividades sempre tínhamos em mente a importância da inclusão de pessoas com deficiência e como nos desenvolver para futuramente atuar de forma comprometida e ética.

Através das vivências nas atividades práticas e nos estágios supervisionados, convivemos com crianças com diferentes deficiências e percebemos, primeiramente, que é preciso que as escolas regulares estejam preparadas para que possam garantir a inclusão dos mesmos, oferecendo-lhes condições de acesso, permanência, aprendizagem e profissionais especializados.

As propostas de atividades práticas interdisciplinares, que relacionavam a teoria com a prática, nos possibilitaram refletir sobre nossas ações, desenvolvermos um pensamento crítico e obtermos uma formação consistente e de qualidade.

Nas experiências sobre os estágios também observamos que a inclusão não estava acontecendo da forma desejável. Podemos exemplificar com os relatos de Luísa e Roberta, que vivenciaram realidades distintas, envolvendo alunos autistas, em escolas municipais que nos

levaram a refletir sobre o quanto é importante estarmos preparadas e termos conhecimento para atender as diferentes demandas em diversos ambientes em nossa futura atuação.

Nataliane vivenciou uma experiência com uma aluna que possui baixa visão e que conseguia desenvolver suas atividades da melhor forma possível. Era uma aluna exemplar, muito dedicada e contava sempre com o suporte da Professora Apoio, que era fundamental para o desenvolvimento da mesma. Afirmado assim, a importância da atuação do Professor Apoio, que deve ser um profissional capacitado para acompanhar pedagogicamente o aluno com deficiência e promover a inclusão do mesmo.

Foi uma experiência muito gratificante para Nataliane e para nós, pois nos mostrou que há exemplos de inclusão bem-sucedidos. Foi um grande aprendizado que levaremos sempre conosco.

Destacamos, também, que o conjunto de vivências nos possibilitou relacionar a teoria com a prática, obter mais conhecimentos e ampliar nossa visão sobre o corpo docente, todos os profissionais e sujeitos envolvidos no processo educativo.

Percebemos que, para que a Educação Inclusiva aconteça de verdade, é necessário que a instituição escolar, o educador e a família busquem os direitos dos alunos com deficiência e orientação de uma equipe multidisciplinar para que sejam orientados corretamente e, juntos, ofereçam as condições necessárias para que aprendam e se desenvolvam.

A presença de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas salas de aula regulares podem ser considerada um progresso, quando nos lembramos de que há poucas décadas havia uma distinção clara, legalmente estabelecida, entre os alunos que poderiam ser escolarizados e, portanto, deveriam ser matriculados em escolas regulares, e aqueles que eram considerados incapazes para realizar a escolarização e deveriam ser atendidos apenas por serviços especializados.

Atualmente as escolas vem buscando promover a inclusão desses alunos e, mesmo sabendo que o trabalho desenvolvido muitas vezes não é o ideal, temos visto um progresso crescente.

Cabe a cada um de nós, como cidadãos e educadores, lutar para que a educação de qualidade e inclusiva seja não apenas um direito de todos presente na lei, mas se concretize, principalmente para as pessoas com deficiência, que são as mais excluídas do processo educativo e também de usufruir dos direitos sociais como um todo.

REFERÊNCIAS

BERETA, Mônica Silveira; GELLER, Marlise. **Adaptação curricular no ensino de ciências: reflexões de professores de escolas inclusivas.** Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/63190/html>>. Acesso em 01/04/2021.

BRASIL. SEPLAN – Pr. CORDE. (1987) Primeiro Plano de Ação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 14 abril. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida: Presidência da República. 2020. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm>. Acesso em 15/03/2021.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF, agosto de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em 16/04/2021.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, nov. 2011. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em 22/03/2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 12/03/2021.

Brasil. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União [Internet]; Brasília; 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em 04/04/2021.

Brasil. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União. Brasília; 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 04/04/2021.

BRIANT, Maria Emília Pires. **A inclusão de crianças com deficiência na escola regular na região do Butantã: conhecendo estratégias e ações.** Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5163/tde-25062009-101306/publico/mariaepbriant.pdf>>. Acesso em 30/03/2021.

CALDERANO, Maria da Assunção. **O estágio supervisionado para além de uma atividade curricular: avaliação e proposições.** Estudos em Avaliação Educacional: Fundação Carlos Chagas. São Paulo, v. 23, n. 53, p. 250-278, set/dez. 2012. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/1923>>. Acesso em 26/04/2021.

CASTRO, Jacqueline Gomes Herculano de, LEITE, Edna Xenofonte e SILVA, Maria Goretti Herculano. **A inclusão escolar de alunos com deficiência no contexto das escolas de tempo integral da rede pública.** Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/viewFile/1276/1866>>. Acesso em 30/03/2021.

DANTAS, Liliane Moreira; PINTO, Elismária Catarina. **O que eu preciso saber? A Formação do Pedagogo na Perspectiva da Inclusão.** Educere, 2013. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/10022_6282.pdf>. Acesso em 22/03/2021.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicleia Mascarenhas. **Da educação segregada a educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira.** Revista Inclusão nº 1, 2005, MEC/SEESP, São Paulo.

HENRIQUES, Rosângela Maria. **O currículo adaptado na inclusão do deficiente intelectual.** Disponível em <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_rosangela_maria_henriques.pdf>. Acesso em 01/04/2021.

JORDÃO, Suelen Garay Figueiredo; SILVEIRA, Tatiana dos Santos da; HOSTINS, Regina Célia Linhares. **Políticas de inclusão escolar e a formação do professor das salas de recursos multifuncionais (SRMs).** Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1CqB6yN08KNcRBv2-W4GIOAg7XQthtRAMZI9-DXsrXA0/edit>>. Acesso em 25/03/2021.

KAILER, Priscila Gabriele da Luz. **O papel do pedagogo em relação à inclusão escolar.** Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7338_6663.pdf>. Acesso em 02/04/2021.

LAVRAS TV. **Alunos surdos do CENAV são aprovados em Curso de Pedagogia bilíngue da UFLA.** Disponível em: <<https://lavras.tv/site/2018/03/06/alunos-surdos-do-cenav-sao-aprovados-em-curso-de-pedagogia-bilingue-da-ufla/>>. Acesso em 02/04/2021.

MAMULENGO FUSUÊ. **O mamulengo.** s/d. Disponível em: <http://www.mamulengofuzue.com.br/?page_id=7>. Acesso em 02/04/2021.

MANTOAN, M. T. E. **A Inclusão Escolar de Deficientes Mentais: contribuições para o Debate.** In. Revista Integração, Brasília, 1997, ano 7, n. 19, p. 50-57.

MATTOS, L. K; NUERNBERG, A. H. **Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança no diagnóstico de autismo na educação infantil.** Revista de Educação Especial. Santa Maria, v.24, n. 39, p. 129-142, jan/abril 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/1989/1720>>.

NOTA de Repúdio ao Decreto nº. 10.502, de 30 de setembro de 2020, que Institui a Política Nacional de Educação Especial. Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/nota-de-repudio-ao-decreto-no-10->>

502-de-30-de-setembro-de-2020-que-institui-a-politica-nacional-de-educacao-especial/52894/. Acesso em 05/04-2021.

NUNES, D.R.P; ARAUJO, E.R. **Autismo: a educação infantil como cenário de intervenção.** Dossiê Educação Especial, v.22, n.84. p. 1-18. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2750/275031898092.pdf>>. Acesso em 02/04/2021.

PAIVA JUNIOR, Oziel Mendes de. **O papel do professor de apoio no cotidiano escolar: reflexões sobre a gestão de práticas na escola pública.** Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. P.196. 2018.

PAZIANOTTO, Juliana Tais Bragion. **A disciplina de Educação Especial no Curso de Pedagogia.** Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Metodista de Piracicaba. Faculdade de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Educação. p. 43-44. 2012.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 06/04/2021.

ROSÁRIO, Ana Elisabete F. de Paula. et al. **Percepção dos professores sobre a atuação da equipe multidisciplinar na escola especial.** Disponível em: <https://www.fag.edu.br/novo/pg/congressoeducacao/arquivos/2017/PERCEPCAO_DOS%20PROFESSORES_SOBRE_A_ATUACAO_DA_EQUIPE_MULTIDISCIPLINAR_NA_ESCOLA_ESPECIAL.pdf>. Acesso em 06/04/2021.

ROSSI, R.A. A. Libras como disciplina no ensino superior. **Revista de Educação.** Vol. 13, n.º. 15, 2010, p. 71-85. Disponível em: <<https://revista.pgsskroton.com/index.php/educ/article/view/1867>>. Acesso em 04/04/2021.

SANTOS, Lara Ferreira dos, et al. **Desafios Tecnológicos para o Ensino de Libras na Educação a Distância.** Portal Metodista de Periódicos Científicos e Acadêmicos Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/2252>. Acesso em 26/ 03/2021.

SILVA, Fabiana Aparecida da. **A importância da participação da família no ambiente escolar: desafios e propostas de aproximação.** Trabalho de Conclusão de Curso: Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36532/000818336.pdf>>. Acesso em 04/04/2021.

SILVA, Taiane Vieira da. **Inclusão social: relação família-escola.** Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16662_8048.pdf>. Acesso em 20/03/2021.

SOUSA, Raiane Pereira de; FERNANDES, Maria Aparecida e SOUSA, Célia Camelo da. **Maria Montessori: sua vida e contribuições para a educação.** Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/39740/1/2014_eve_ccsousa.pdf>. Acesso em 24/03/2021.

SOUTO, Maricélia Tomáz de; LIMA, Beatriz da Silva; PEREIRA, Erica Domingos; FARIAS, M.S. Givanildo Gonçalves de. **Educação inclusiva no Brasil contexto histórico e contemporaneidade.** Disponível em:

<https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_1datahora_02_11_2014_11_59_38_idinscrito_2760_f994a51772b4083feab5493db26f4461.pdf>. Acesso em 20/03/2021.

SOUZA, A.L.A.S; RODRIGUES, M.G.A. **Educação inclusiva e formação docente continuada.** XII Congresso Nacional de Educação. Pontifícia Universidade Católica. (PUC). Paraná, 2015. p. 1-10. Disponível em:

<https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21491_10456.pdf>. Acesso em 15/03/2021.

SOUZA, F.F. et al. **O papel do professor de apoio na inclusão escolar.** XII Congresso Nacional de Educação. Pontifícia Universidade Católica. (PUC). Paraná. 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17749_7890.pdf>. Acesso em 15/04/2021.

SOUZA, Fabiola Fleischfresser de; VALENTE, Pedro Merhy; PANNUTI, Maísa. **O papel do professor de apoio na inclusão escolar.** Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17749_7890.pdf>. Acesso em 22/03/2021.

UNICEF. Declaração Mundial sobre Educação Para todos (Conferência de Jomtien 1990). Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Acesso em 12/03/2021.

TEODORO, A; Sanches, I. **Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos.** Revista Lusófona de Educação, 2006, n. 8. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/691>>. Acesso em 21/06/2021.

VILLELA, Tereza Cristina Rodrigues; LOPES, Silvia Carla; GUERREIRO, Maria Bessa Rebello. **Os desafios da inclusão escolar no Século XXI.** Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/desafios#:~:text=A%20inclus%C3%A3o%20de%20estudantes%20com,de%20aprender%20e%20de%20ensinar.>>>; acesso em 11/04/2021.

XAVIER, Bruna Gonçalves; CAVASSA, Francisca Iracema de Souza; MARQUES, Heitor Romero. **O papel da família para a concretização da educação inclusiva de alunos com deficiência no ensino regular.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/84471/o-papel-da-familia-para-a-concretizacao-da-educacao-inclusiva-de-alunos-com-deficiencia-no-ensino-regular>>. Acesso em 01/04/2021.